



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo: Território, Poder e Conflito)

Da Região à Megalópole: uma discussão teórico-conceitual

Wesley de Souza Arcassa¹

Resumo: O presente trabalho objetiva desenvolver uma discussão teórico-conceitual em relação aos estágios superiores do processo de urbanização, elucidando as formas espaciais originadas pelos mesmos. Dessa forma, inicialmente, realiza-se uma breve explanação sobre os diferentes conceitos de cidade de acordo com alguns ramos do conhecimento. Na sequência, é desenvolvida uma análise de uma das categorias-chave da ciência geográfica, a região. Esta discussão serve de base para a abordagem posterior do conceito de metrópole, bem como de sua área de influência, a região metropolitana. Por fim, há um enfoque voltado ao fenômeno recente das megalópoles.

Palavras-chave: Cidade; Região; Metrópole; Região Metropolitana; Megalópole.

Abstract: The present work objective a theoretical and conceptual discussion about the upper stages of urbanization process, elucidating the spatial forms originated. That way, initially, is realized a brief explanation about the different concepts of city according to some branches of knowledge. In sequence, is developed an analysis of one key category of science geographic, the region. This discussion serves as basis for the later approach of the metropolis concept, as well as its area of influence, the metropolitan area. Finally, there is a focus on the recent phenomenon of the megalopolis.

Key-words: City; Region; Metropolis; Metropolitan Area; Megalopolis.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE); E-mail: arcassa@gmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE CIDADE

Durante o transcorrer do século XX, a humanidade evidenciou uma maximização do processo de urbanização, o qual tomou formas/proporções jamais vistas, sendo capaz de gerar novos espaços dotados cada vez mais de estruturas e técnicas. Entretanto, há um elemento comum a esse processo, a cidade, produto histórico de uma das maiores realizações da humanidade sobre a face da Terra.

Segundo Sposito (2006, p.111), embora a urbanização tenha se iniciado há cerca de 5.500 anos, nunca se experimentou ritmos tão grandes de crescimento do número de cidades, de seus tamanhos e da proporção de pessoas que vivem em espaços urbanos como no período contemporâneo.

A magnitude dessas transformações e o ritmo com que aconteceram e estão acontecendo, tomando-se como referência a longa duração, geram desafios à sociedade que experimenta novas formas de *habitat* e de vida, bem como aos pesquisadores que têm que lidar com a análise do fenômeno urbano que se refere a um processo em constante mudança. (SPOSITO, 2006, p.111).

Nesse sentido, faz-se necessário, inicialmente, conceituar o termo “cidade”, objetivando demonstrar as diferenças existentes nas definições dos teóricos de diversas áreas do conhecimento.

Na concepção do sociólogo Max Weber *apud* Vasconcelos (1999, p.161), a cidade constitui um *habitat* concentrado, uma grande localidade. Entretanto, o seu tamanho não representa um critério distintivo. Do ponto de vista econômico, “a cidade consiste em uma aglomeração cuja maior parte dos habitantes vive da indústria e do comércio e não da agricultura”.

Já para o geógrafo Pierre George *apud* Vasconcelos (1999, p.226), a cidade representa um fato histórico e um fato geográfico na medida em que sua forma seria um compromisso entre o passado e o presente, enquanto que seu conteúdo humano e a atividade de seus habitantes seriam marcados pelo signo do presente, havendo adaptações de formas antigas às funções e necessidades novas. Dessa forma, “a cidade é, portanto, um molde adaptado a um uso adequado a uma estrutura social. Reflete um modo de existência e um sistema de relações” (GEORGE, 1969, p.166).

Em contrapartida, na definição do arquiteto e urbanista Lewis Mumford *apud* Vasconcelos (1999, p.173), a cidade pode ser considerada como “o ponto de concentração máxima do poderio e da cultura de uma comunidade”. Esta é ao mesmo tempo um “produto da terra”,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

assim como um “produto do tempo”. Portanto, a cidade conserva as marcas de uma cultura e de uma época.

De acordo com a geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier (1997, p.11), é importante considerar que a cidade, “concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda espécie (trabalho, informação...), com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto”.

[...] Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; é o lugar onde os contatos de toda a natureza são favorecidos e maximizados os resultados; a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta *função objeto* é um verdadeiro papel de intervenção, de *função sujeito*. O quadro urbano, o ambiente urbano exerce influência nos seus habitantes; pode transformá-los pouco a pouco; pelas suas exigências (alimentação, matérias-primas, comércio), a cidade desempenha um papel importante nas atividades internas e periféricas; pelo seu próprio poder, favorece, difunde ou bloqueia os diversos impulsos vindos do exterior. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p.11).

Ampliando o debate em relação à temática, o filósofo Henri Lefebvre (2008, p.80) preconiza que a cidade representa uma humana, sua “obra” por excelência; porém, seu papel ainda é mal conhecido. Pode-se dizer que a sociedade industrial foi a responsável por desencadear a urbanização. Entretanto, “a problemática urbana desloca e modifica profundamente a problemática originada do processo de industrialização”. Dessa maneira, conforme as reflexões do autor, a humanidade tem evidenciado desde a segunda metade do século XX, a emersão da “sociedade urbana”, a qual

[...] designa uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual, ou seja, a sociedade urbana não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver. (LEFEBVRE, 2008, p.81).

Nesse sentido, a partir dos diferentes conceitos de cidade pode-se inferir que esta representa uma construção humana que apresenta como características elementares a existência de habitantes, a presença de um sítio e a configuração de relações de diversas ordens, tanto interna quanto externamente. Destarte, o papel da cidade pode ser variável em função de sua dimensão, equipamentos, riqueza e poder. Entretanto, esta teve e continua tendo um papel importante a desempenhar perante as sociedades.

Cabe ainda lembrar que a cidade não constitui nunca uma realidade geográfica autônoma, sendo inseparável de um meio ambiente e de um determinado estado de desenvolvimento. Segundo George (1983, p.205), “a cidade faz parte de um sistema urbano elaborado no



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

decorrer de um período histórico mais ou menos”. Assim, só se pode realizar um estudo geográfico válido da cidade quando a mesma é recolocada em duplo contexto: regional e citadino. Isso demanda uma definição da categoria de “região”, a qual é apresentada na sequência.

2. REGIÃO: UM CONCEITO-CHAVE DA GEOGRAFIA

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial (GOMES, 2006, p.50).

Na concepção de Paul Vidal de La Blache *apud* Gomes (2006, p.57), “a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico”. Dessa forma, cabe ao geógrafo desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração única.

Em contrapartida, na definição de Richard Hartshorne (1939), “a região não é uma realidade evidente, dada, a qual caberia apenas ao geógrafo descrever. A região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço”. Assim, a categoria região representa a síntese das complexas relações entre a Geografia Física e Humana, sendo, ao mesmo tempo, o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais. A partir de um método regional, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região.

Conforme as explanações de Gomes (2003, p.240):

[...] o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A região enquanto instrumento de identificação territorial do geógrafo é, de acordo com Hartshorne (1939), um objeto individual; a realidade existente, não-conceitualizada, é sempre única, pois há uma dimensão incontornável de singularidade que não pode ser esquecida. Dessa maneira, as regiões são caracterizadas por sua homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas. Para o autor, dois tipos de região podem ser identificados: “a *região formal* (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados; e, a *região funcional ou nodal*, na qual a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais”.

Já para Bernard Kayser (1970), a região é de qualquer forma um fenômeno geográfico. “O geógrafo pode defini-lo, explicá-lo, querer delimitá-lo. Ao proceder assim, o geógrafo é ativo, tecnicamente indispensável, socialmente útil; ele assume com o máximo de plenitude e de fidelidade a vocação fundamental da ciência”.

Ao tentar delimitar e definir complexamente a categoria “região”, Kayser (1970) demonstra três características essenciais, sendo que na ausência destas pode-se estabelecer que não há região, mas somente “meios geográficos”.

Uma região se define pelos laços existentes entre seus habitantes. Esta expressão, laços, deve ser entendida em seu mais amplo sentido, isto é, englobando não somente as relações, mas também os caracteres comuns. Estes constituem frequentemente a base de importantes coesões espaciais.

[...]

Uma região se organiza em torno de um centro. Este segundo fator de existência de uma região é, na verdade, derivado do primeiro. Pode-se mesmo dizer que é uma parte do primeiro, que assume não só existência independente, mas também uma posição dominante. Não há verdadeira região sem centro, sem núcleo, isto é, sem cidade, porque “as regiões vivem por seu centro” (J. Labasse).

[...]

Uma região só existe como parte integrante de um conjunto. O terceiro grande elemento da definição da região não reside, portanto, em seu próprio seio; ele provém do exterior, ou melhor, diz respeito a seus laços com o exterior. É sua função no conjunto nacional, e mesmo internacional, numa economia global. (KAYSER, 1970, p.280-281).

Nesse sentido, a partir dessa premissa pode-se inferir que a cidade, por mecanismos conhecidos, comanda o espaço que a envolve, encerrando-o em uma rede de relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas, políticas, da qual ela ocupa o centro, ou seja, exerce força e influência centralizadora sobre uma determinada região (próxima ou ampla-distante). Com a valorização do papel da cidade como centro de organização



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

espacial – as cidades organizam sua hinterlândia (área de influência) e organizam também outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial – emerge no âmbito da ciência geográfica a noção de “região polarizada”, ou seja, um espaço tributário, organizado e comandado por uma cidade (GOMES, 2006, p.64).

Por fim, segundo Kayser (1970), o único espaço admissível, em termos de uma definição da região é, portanto, o espaço polarizado: a região é um espaço polarizado. Este espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é a região.

3. METRÓPOLE E REGIÃO METROPOLITANA: QUANDO A CIDADE TOMA O ESPAÇO

Richard Hartshorne (1978), quando discute o conceito de região, afirma que esta categoria da geografia não existe por si mesma e que por isso o pesquisador (geógrafo) não procede à sua identificação e nem a reconhece. O que existe é a realidade a ser examinada e compreendida. Assim, segundo Lencioni (2006, p.43), o conceito de metrópole representa uma construção intelectual, referência para a apreensão do real. “O pesquisador não reconhece metrópoles, ele interpreta o real imbuído de teorias e de métodos que lhe permitem compreendê-la”, ou seja, interpreta o que examina, “que pode ser interpretado como sendo constituído de metrópoles”. Isso porque, o “real é que existe e, segundo referências teóricas e metodológicas, o pesquisador o interpreta. É esse o sentido que deve ser dado à ideia de reconhecer metrópoles”.

Sendo o conceito de metrópole polissêmico, Lencioni (2006, p.45) afirma que:

Hoje em dia, sejam quais forem as interpretações do que vem a ser uma metrópole, alguns pontos são comuns. Um desses é a ideia de que a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação à sua extensão territorial; um segundo é que a metrópole tem uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; um terceiro é que ela consiste num *locus* privilegiado de inovação; um quarto é que constitui um ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e um quinto é que a metrópole se constitui em um nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades.

Moraes (2006, p.23), ao estabelecer uma conceituação para metrópole, enfatiza que esta representa “uma forma histórica de organização do espaço geográfico. Um tipo específico de *habitat* humano. A forma pela qual expressa o maior nível de adensamento populacional existente na superfície terrestre”.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Trata-se de uma massa contínua de ocupação humana e de edificações contíguas, sem paralelo no globo. Uma grande aglomeração de pessoas e de espaços socialmente construídos, de magnitude ímpar na história. O fato metropolitano é, portanto, temporal e espacialmente singular, expressando uma particularidade do mundo contemporâneo.

A metrópole pode ser, assim, definida como um lugar, e, nesse sentido, pode ser associada hoje a uma escala da análise geográfica (que ocupa o ápice da hierarquia urbana). (MORAES, 2006, p.23).

Para Gottdierner (1997, p.198), “a organização socioespacial está ligada por relações conjuntas, contíguas e hierárquicas. A força dessa matriz espaço-temporal tridimensional é que sustenta o desenvolvimento maciço, desconcentrado da metrópole”. Dessa maneira, “o processo de desenvolvimento socioespacial associado à fase atual do capitalismo tardio é a desconcentração, que produz uma forma distintiva de espaço – a região metropolitana polinucleada, esparramada”.

Em resumo, a metrópole moderna difere da cidade tradicional em diversos aspectos básicos, segundo Blumenfeld (1970):

1) ela acumula a função de liderança com a função de prover a maior parte da produção e de serviços; 2) sua população é até dez vezes maior que a das maiores cidades pré-industriais; 3) com os rápidos transportes modernos, que aumentaram o seu raio aproximadamente de dez vezes, ela é até cem vezes maior em área do que as maiores cidades antigas; 4) ela não é nem cidade nem campo, e sim um complexo de distritos urbanos e áreas verdes; 5) suas zonas residenciais são separadas dos locais de trabalho; e, 6) seus trabalhadores têm grande facilidade na escolha de trabalho e ocupação (p.58).

[...]

Quais os principais componentes da metrópole? Fundamentalmente, existem quatro: 1) o complexo comercial central; 2) manufatura e indústrias correlatas; 3) a parte residencial com os seus serviços; e, 4) as áreas verdes (p.62).

Desde a sua gênese, o conceito de metrópole está relacionado ao conceito de cidade. Enquanto este está relacionado ao de urbanização, aquele está relacionado ao de metropolização. Da mesma forma que o conceito de metrópole, o de metropolização tem vários sentidos. Embora o conceito de metrópole se relacione ao de cidade, o de metropolização se relaciona ao de espaço. Portanto, quando se fala em metropolização, está se referindo a um processo relativo ao espaço, e não à cidade.

Quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo socioespacial, de um processo que imprime ao espaço características metropolitanas; por exemplo, alta densidade, em termos relativos, de fluxos imateriais e frequentes e significativas relações com outras metrópoles, mormente as chamadas cidades globais. Ou seja, falamos tanto de um processo que transforma as cidades em metrópoles como de um processo socioespacial que impregna o espaço de características metropolitanas. (LENCIONI, 2006, p.47).

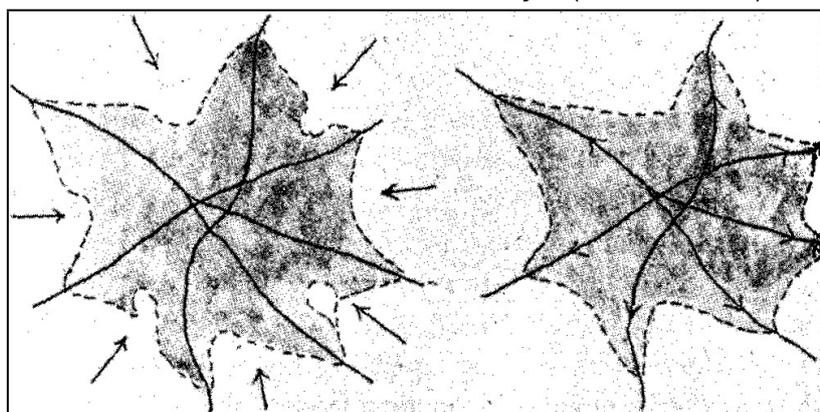


**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Esse processo de metropolização dos espaços implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Nesse espaço torna-se comum a presença de “cidades conurbadas”, bem como a concentração das condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital no período contemporâneo.

Nesse sentido, cabe destacar que Patrick Geddes *apud* Mumford (1998, p.583), no início do século XX, ao observar uma coletânea de mapas demográficos de diferentes áreas do planeta, percebeu “um generalizado adensamento e propagação da massa urbana: mostrou que províncias e distritos inteiros estavam se tornando urbanizados e propôs diferenciar aquelas formações assim difusas por um nome que as distinguiria da cidade histórica: a ‘conurbação’” (figura 1).

FIGURA 1: O Processo de Conurbação (Certo e Errado)



(Cidade → Campo / Campo → Cidade)

Fonte: GEDDES *apud* HALL, 2011, p.172.

Segundo Lencioni (2006, p.48), as características que “aparecem generalizadamente no entendimento do que seja uma metrópole, fazem-se presentes nos espaços metropolizados, ora de forma mais concentrada, ora de forma diluída, ora no interior de uma região metropolitana, ora mais dispersa territorialmente”. Por isso, a questão da dimensão territorial do processo emerge quando a referência é o processo de metropolização. Assim, “a ideia de região é imanente à de metrópole”.

É através da análise do processo de produção de uma nova forma espacial, a “região metropolitana”, que toda a problemática da organização do espaço nas sociedades



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

contemporâneas é relocada em questão. Para Castells (2011, p.53): “O distingue esta nova forma das precedentes não é só seu tamanho, mas também a *difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica*”.

A região metropolitana, enquanto forma central de organização do espaço do capitalismo avançado, diminui a importância do ambiente físico na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, anula a distinção rural e urbana e coloca em primeiro plano da dinâmica espaço/sociedade, a conjuntura histórica das relações sociais que constituem sua base. (CASTELLS, 2011, p.57).

Por conseguinte, pode-se dizer que o processo de metropolização do espaço não se restringe à região metropolitana. Isso porque, esse processo não reconhece as fronteiras administrativas, já transcende a ela e produz um aglomerado metropolitano com alta densidade de área construída apresentando áreas conurbadas e interrompidas. Quando há uma reunião articulada de várias regiões metropolitanas no interior de uma mesma unidade funcional e social, está-se diante de uma “megalópole”, a qual será analisada na sequência.

4. MEGALÓPOLE: O ÚLTIMO ESTÁGIO DA URBANIZAÇÃO?

Ao observar o grau de urbanização da costa leste dos Estados Unidos, Patrick Geddes em 1915, prenunciando o notável estudo de Jean Gottmann de 1957 sobre a Megalópole, de meio século mais tarde, profeticamente escreveu:

Não é absurdo esperar que em um futuro não muito distantes veremos um imenso município linear estender-se ao longo da Costa Atlântica, cobrindo suas quinhentas milhas; e estirar-se para trás em vários pontos; possivelmente com um total aproximado de vários milhões de pessoas. (GEDDES, 1960, p.61).

Segundo Gottmann (1970, p.39), a região que se estende ao longo do litoral nordeste dos Estados Unidos entre o oceano Atlântico e as montanhas Apalaches, da área geral de Boston a Washington (D.C.), com a cidade de Nova York em seu centro, representa um interessante laboratório das tendências urbanas contemporâneas.

Um sistema quase contínuo de áreas urbanas e suburbanas profundamente interligadas ocupa esta região que possuía uma população total de 37 milhões de habitantes em 1960. Ultrapassa fronteiras estaduais, estende-se através de amplos estuários e baías, e abrange muitas diferenças regionais. Esta região lembra o que disse Aristóteles, quando afirmou que cidades como Babilônia tinham “a extensão de uma nação e não de uma cidade”. Para designar a região e o fenômeno propusemos o nome “Megalópole”, uma antiga palavra grega e ao mesmo tempo um velho sonho de construir uma cidade muito grande que se tornasse o centro do mundo da época. (GOTTMANN, 1970, p.39).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Esse fenômeno, observado inicialmente por Geddes e depois por Gottmann, seria único no mundo devido a sua dimensão, sendo resultado da coalescência de uma cadeia de regiões metropolitanas, do caráter super-metropolitano dessa vasta área e da grandeza de tal crescimento, nunca notado anteriormente. Assim, pode-se inferir que a megalópole apresenta um crescimento excepcional e configurar-se como uma área pioneira, tendo o seu crescimento urbano se processado nos campos da indústria e do comércio/serviço.

Além de designar a região que vai de Boston a Washington, estudada como protótipo da urbanização moderna, megalópole veio a significar certos aspectos específicos do atual processo de crescimento urbano. Segundo Gottmann (1970, p. 39-40), três pontos pelo menos existem que devem ser cuidadosamente considerados no conceito de megalópole:

Primeiro, oferece a demonstração em escala gigante do poder avassalador das grandes cidades modernas que se estendem pelo interior em torno dos velhos núcleos densamente construídos. Segundo, tão vastas regiões urbanas concentram uma população muito grande.

[...]

Assim, embora a cidade parecesse dispersar-se no interior da Megalópole, este processo representava uma concentração demográfica na escala nacional. Terceiro, a concentração também se desenvolveu no seio da Megalópole, já que esta contém cinco grandes cidades: Nova York, Filadélfia, Boston, Baltimore e Washington, D. C.

Para o autor, a geração atual estaria testemunhando o início de uma grande revolução geográfica, a do uso do solo: as megalópoles marcariam uma nova era na distribuição do *habitat* e das atividades econômicas. Entretanto, para Mumford (1998), principal discípulo de Geddes, o resultado desse processo urbano representa a ameaça de uma conurbação universal.

Aqueles que ignoraram a definição original de Geddes, meio século atrás, redescobriram recentemente o próprio fenômeno e o trataram como se fosse algo inteiramente novo. Alguns chegaram mesmo a aplicar erroneamente à conurbação o inadequado termo Megalópolis, embora represente, na realidade, justamente o contrário da tendência que levou a existir a antiga cidade desse nome. A cidade histórica super-crescida era ainda, residualmente, uma entidade: a conurbação é uma não-entidade e toma-se mais patente como tal à medida que se propaga. (MUMFORD, 1998, p.583).

Ainda de acordo com as explanações de Mumford (1998, p.389), a megalópole em sua fase final de desenvolvimento, torna-se um “artifício coletivo para fazer funcionar esse sistema irracional e para dar àqueles que são, na realidade, as suas vítimas a ilusão de poder, riquezas e felicidades”, de se encontrarem no próprio ápice do desenvolvimento humano. Mas, na realidade, suas “vidas acham-se constantemente em perigo, sua riqueza é insípida e efêmera, seu lazer é sensacionalmente monótono e sua patética felicidade maculada por

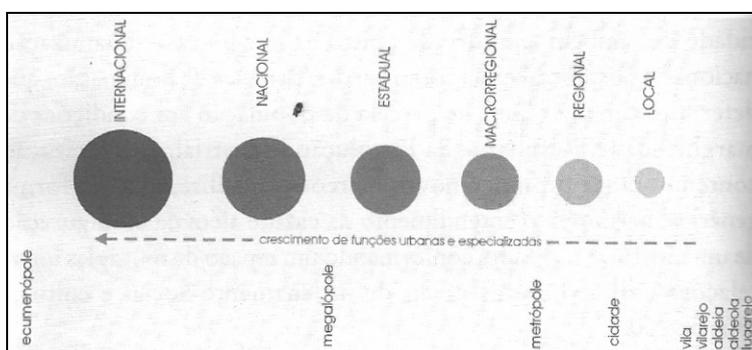


**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

constantes e justificadas antecipações de violência e morte súbita”. Cada vez mais, verificam ser “estranhos e receosos”, em um mundo que não foi feito por eles: “um mundo que responde cada vez menos ao comando humano direto, cada vez mais vazio de significado humano”.

Nesse sentido, as reflexões de Mumford encontram eco nas explicações de Castells (2011, p.61), para quem a existência megalópole deriva do caráter de nível superior da rede urbana norte-americana, que resulta de sua prioridade histórica no processo de urbanização (figura 2). A estrutura interna dessa nova forma espacial explica-se pelo “crescimento econômico de um capitalismo tão agressivo como o dos Estados Unidos”.

FIGURA 2: Esquema Tipológico dos Centros Urbanos



Fonte: HARDT, 2006, p.158.

Portanto, a megalópole resulta de um emaranhado interdependente e mal hierarquizado, a partir da concentração sobre o território de uma urbanização anterior, das funções de gestão e de uma parte essencial das atividades produtivas do sistema metropolitano. Ela exprime o domínio da lei do mercado na ocupação do solo e manifesta, ao mesmo tempo, a concentração técnica e social dos meios de produção e a forma atomizada do consumo, através da dispersão das residências e dos equipamentos no espaço (CASTELLS, 2011, p.62).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas analisadas durante o transcorrer do texto, torna-se possível inferir que a metrópole e sua região metropolitana, bem como a megalópole, representam diferentes faces de um mesmo fenômeno: a urbanização. Lencioni (2003) apresenta um elucidativo esboço comparativo (quadro 1), onde demonstra as principais diferenças entre a metrópole e a megalópole, visando minimizar a confusão no emprego dos termos.

QUADRO 1: Principais Diferenças entre Metrópole e Megalópole.

CARACTERÍSTICAS	METRÓPOLE	MEGALÓPOLE
Extensão Territorial	Em geral não atinge 100.000 km ²	Maior que 100.000 km ²
População	Milhões de habitantes	Dezena de milhões de habitantes
Forma	Em geral arredondada	Linear
Crescimento Urbano	Anéis concêntricos	Cinturões longitudinais
Interação Interna	Várias	Alto grau de interação interna
Cadeias de Relações	Várias	Múltiplas e densas cadeias de ligações
Densidade Populacional	Maior que na megalópole, declinando do centro para a periferia	Menor que na metrópole, variando em ondas

Fonte: LENCIONI, 2003, p.37.

Frente a todos os dilemas/problemas que se materializam nas metrópoles e suas regiões metropolitanas, bem como megalópoles, faz-se necessária à emergência de práticas de planejamento, não apenas na escala local (urbano), mas também regional. Isso porque, a área de abrangência dessas formas espaciais extrapolam o espaço intra-urbano. Geddes, revolucionariamente, demonstrou no início do século XX, que a Geografia é a base essencial desse planejamento.

O Levantamento Regional e as aplicações dele – Urbanização Rural, Planejamento Urbano, Projeto Municipal – [...] estão destinados a tornarem-se pensamentos-chave e ambições concretas para as próximas gerações, [...] que possam organizar dentro do serviço geográfico, a recuperação regional do Campo e da Cidade. (GEDDES *apud* HALL, 2011, p.173).

Por conseguinte, cabe destacar que a escala de abordagem (supra-regional) da metrópole, região metropolitana e megalópole, apresenta uma questão-problema: onde acaba o estudo urbano e começa o estudo regional? Essas “novas” formas urbanas representam um desafio às ciências que analisam o espaço.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BLUMENFELD, Hans. A Metrópole Moderna. In: DAVIS, Kingsley [et. al]. **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 52-70.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEDDES, Patrick. **Ciudades en Evolucion**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1960.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; _____ (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 49-76.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOTTMANN, Jean. A Urbanização e a Paisagem Americana: o conceito de megalópole. In: COHEN, Saul B. [et. al]. **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 38-48.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Gestão do Desenvolvimento Metropolitano Sustentável. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Metrópole: governo, sociedade e território** (Org.). Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006. p. 157-170.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939.

KAYSER, Bernard. A Região como Objeto de Estudo da Geografia. In: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; _____. **A Geografia Ativa**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 279-321.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Metrópole: governo, sociedade e território** (Org.). Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006. p. 41-57.

_____. Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas Metodológicas sobre Metropolização e a Metrópole. In: **Geografia das Metrôpoles**. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo, Contexto, 2006. p. 23-27.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Questão Cidade-Campo: perspectivas a partir da cidade. In: _____; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.